

Intelectuais e mídia: um estudo comparado entre Brasil e França

Fábio Henrique Pereira^(*)

^(*) Universidade de Brasília

E-mail: fabiohpereira_unb@yahoo.com.br

“Por mais brilhantes e por mais que se imaginem suspensos e soberanos na História os intelectuais têm sempre um solo determinado, um momento específico, uma conjuntura específica”.

Daniel Aarão Filho

O objetivo deste artigo é realizar um estudo comparado sobre as transformações que atingem o meio intelectual no Brasil e na França no período que vai do final da década de 1960 até meados dos anos 1980. Como ponto de partida, trabalharemos com uma hipótese compartilhada por autores europeus (Pierre Bourdieu, Rémy Rieffel, Félix Ortega e Maria Luísa Humanes) e latino-americanos (Beatriz Sarlo, Octavio Ianni, Juremir Machado da Silva, Marcelo Ridenti) que sugere uma progressiva influência dos meios enquanto espaços de atuação e legitimação da *intelligentsia* nesses dois países. Assim, buscaremos entender em que sentido essa crescente mediatização dos intelectuais representaria uma mudança na sua identidade e representação social. Ao mesmo tempo, buscaremos entender como cada contexto nacional reagiu a este processo.

Nossa pretensão, contudo, ultrapassa a produção de uma comparação horizontal da evolução de um mesmo grupo social em dois contextos sociais distintos. Esta primeira pista de investigação mostrou-se na verdade, equivocada, quando analisada com mais cuidado. Ela pressupõe uma concepção linear dos intelectuais, enquanto categoria funcional homogênea – ou pelo menos análoga – quando observada simultaneamente nos contextos francês e brasileiro. Ora, é preciso ter em mente que a palavra “intelectual” não remete à mesma representação nos dois países. Ela aparece enquanto grupo “universal”, mas essa neutralização reflete processos distintos de construção e objetivação da categoria. Quando falamos sobre a intelectualidade no Brasil e na França, na verdade, estamos fazendo referência a dois grupos distintos, derivados de contextos e processos particulares, mas compartilham o mesmo nome.

Assim, ao analisarmos o processo de mediatização dos intelectuais no Brasil e na França, duas questões devem ser analisadas simultaneamente:

1. Como esse processo se efetiva no contexto brasileiro e francês? Que ordem de fatores podem explicá-lo?
2. Como essas transformações se relacionam com a própria representação social do intelectual, construída e objetivada de forma distinta nos dois contextos nacionais?

Isso implica comparar as diferenças / similitudes desse processo à partir de um duplo viés: das diferentes processualidades históricas e das identidades nacionais atribuídas à intelectualidade. Sabemos dos riscos envolvidos nesse trabalho simultâneo de construção e desconstrução. Admitir complexidade dessa proposição implica em trabalhar numa linha tênue que poderia conduzir à impossibilidade de se produzir um trabalho comparativo sobre o objeto “intelectuais”. Por outro lado, acreditamos que este tipo de proposta pode ajudar a resolver alguns equívocos em torno do questão da identidade do intelectual, muitas vezes mistificada pelo discurso de legitimação que busca colocá-los enquanto categoria universal e neutra, e imprescindível às sociedades modernas.

As transformações no modelo de intelectual

Como ponto de partida sugerimos, portanto, um quadro comum de transformações estruturais no meio intelectual brasileiro e francês, compartilhado por autores oriundos de tradições teóricas distintas. Essas análises enfatizariam declínio de certos “modelos de intelectuais” à partir da década de 1970, sobretudo os atores cuja legitimidade e as formas de atuação no espaço público se fundariam no engajamento político-revolucionário.

Assim, a figura gramsciana do intelectual “orgânico”, ou o estereótipo sartriano de intelectual engajado estariam desaparecendo. Esse processo resultaria da própria obsolescência do partido das massas nas sociedades contemporâneas, como espaço de atuação dos intelectuais vistos enquanto produtores de uma ideologia conta-hegemônica (FLACKS, 1991; IANNI 1998). Ou seja, o “Moderno Príncipe”, organizador do “intelectual coletivo” (GRAMSI, 1979; 1980) não teria resistido à crise do Estado-nação (IANNI, 1992), dentro de um cenário macro-estrutural marcado pela crise das ideologias de esquerda (RIEF-FEL, 1993), pela ascensão do neoliberalismo (FLACKS, 1991; IANNI, 1992),

das “estruturas desterritorializadas da globalização (IANNI, 1992; 1998), e dos novos desafios impostos pela “sociedade do conhecimento” (ORTEGA & HUMANES, 2000). Assim, “o partido de massa nacional como um esquema de alcançar e manter hegemonia parece obsoleto (...). Esses partidos, depois de décadas de domínio, esgotaram sua legitimidade e nenhum jargão transacional está refletido neste declínio”¹ (FLACKS, 1991, p. 09).

Outro conjunto de transformações atingiria as formas de engajamento do intelectual “autônomo”², oriundo dos meios artístico e universitário. Esses intelectuais, longe de se submeterem às imposições da militância político-partidária se destacariam por uma produção crítica e independente (MILLS, 1964, 1965). Sua atuação enquanto intelectuais se efetuará na ligação orgânica que estabelecem entre a produção estética, acadêmica e científica e os anseios dos movimentos da sociedade civil. Enquanto teóricos, os intelectuais devem constituir-se numa arena em que as questões de grande importância para o público devem ser discutida. (FLACKS, 1991). “Como criadores e defensores de normas, queremos que outros homens participem dos nossos ideais. Mas não devemos fazê-lo numa forma puramente optativa. Devemos fazê-lo actuando no nosso próprio meio imediato” (MILLS, 1964, p. 143).

A prática intelectual “se realizaria pelo uso das próprias ferramentas intelectuais em favor da sociedade (MILLS, 1964). A legitimidade universitária aparece como uma alternativa à atuação político-partidária, na medida em que sobreviveria às crises do comunismo e do Estado-nação. É uma forma também de reforçar o discurso de (auto)legitimação do intelectual como um grupo autônomo e suspenso na sociedade, cuja função se identificaria com a necessidade de defesa de alguns valores morais e universais, “diante do qual intelectual se ergue como portador das exigências da razão, da verdade, da liberdade, da tolerância, da compreensão, do amor e da piedade” (BOBBIO, 1997, p. 59).

Mas essa crença, segundo Flacks (1991, p.12), estaria sendo questionada pelo próprio carreirismo acadêmico desses atores. “A necessidade, urgentemente expressa nos anos 1960 e no início dos anos 1970, de conectar o trabalho intelectual com a experiência diária e com os movimentos sociais parecem

¹Livre tradução de: “The national mass party as a framework for achieving and maintaining hegemony seems obsolete (...). These parties, after decades of rule, have, coincidentally used their legitimacy and that no transnational pattern is reflected in that decline”

²É preciso ter em mente que a autonomia intelectual, associada à identidade e às práticas desses atores é parte do discurso de legitimação da categoria. Sobre o assunto, ver. BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Paris: Éditions de Minuit, 1984; e BOURDIEU, P. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

ter sido substituídos por uma necessidade urgente de ser reconhecido pelos amigos intelectuais”³. (FLACKS, 1991, p. 12). Contribuiriam ainda para esse processo a difusão de saberes técnicos no lugar de saberes filosóficos e o fim das utopias políticas nas ciências humanas (ORTEGA & HUMANES, 2001; SARLO, 1997).

O cenário atual fragilizaria a posição do intelectual na sociedade, levando a um cenário de “crise” das antigas representações identitárias associadas à *intelligentsia* (SARLO, 1997; PELLETIER, 2000; RIEFFEL, 1993; ORLY & SIRILENIL, 1992). “O fim do messianismo, o descrédito dos dogmas anteriores o esvanecimento da figura do intelectual profético demonstram de maneira evidente que o movimento de idéias cessa de ser definido pela realção às mitologias de outrora”⁴ (RIEFFEL, 1992, p. 19). A antiga intelectualidade estaria agora imersa numa rede que incorpora técnicas e intelectuais da comunicação de massa. A elaboração do discurso intelectual deve prever agora sua condição de enunciação, o que representa uma diluição do monopólio discursivo da *intelligentsia* num pluralismo mediático:

Enquanto a autoridade do intelectual se legitima numa diferença de saberes, a autoridade dessas novas vozes é produto de um efeito de comunidade ideológica e de representação próxima: paradoxalmente as vozes mais mediatizadas (justamente as vozes que chegam por intermédio dos meios) produzem a ilusão de uma comunidade estreita. (SARLO, 1997, p. 161).

Nesse cenário, que é midiático, novos intelectuais (que podemos chamar, sem ironia, de intelectuais eletrônicos) estabelecem fortes relações comunitárias com novos públicos. Ninguém mais próximos que eles de um senso comum coletivo que interpretam e, ao mesmo tempo, constroem, a cujas exigências atendem e cujas inquietações repetem, sem deixar de doutriná-los (SARLO, 1997, p. 168).

Esse processo que alteraria as formas de atuação do intelectual no espaço público mas também o próprio modelo identitário da intelectualidade. A he-

³Livre tradução de: “The need, urgently expressed in the 1960s and easily 1970s, to connect intellectual work with everyday experience and with social movement seems to have been replaced by an urgent need to be recognized by fellows intellectuals”.

⁴Livre tradução de: “La fin du messianisme, le discrédit des dogmes antérieurs et l'évanouissement de la figure du clerc prophétique démontrent de manière évidente que le mouvement des idées cesse d'être défini par rapport aux mythologies d'autrefois”.

gemonia dos media enquanto espaço de legitimação intelectual, a “despoliti-zação” progressiva do espaço público, o declínio dos valores “universais” associados à antiga *intelligentsia* sustentariam a hipótese de emergência de uma nova categoria de intelectuais, os *intelectuais mediáticos*.

O “intelectual mediático”: em busca de uma definição

Vistos sobretudo enquanto objeto de polêmica, sobretudo na França, os *intelectuais mediáticos* costumam ser alvo de reações apaixonadas dos outros membros da *intelligentsia*, sobretudo quando se trata de algumas figuras mais emblemáticas (Arnaldo Jabor, Diogo Manardi, no Brasil; Bernard Henry Lèvy, Alain, Minc na França, entre outros). De certa forma, o nome não chega se constituir enquanto categoria “objetiva”, mas é uma atribuição pejorativa dada e esses indivíduos (BUXTON, 2005).

Poucos estudos buscam definir *intelectuais mediáticos* dentro de uma perspectiva realmente analítica. Destes, podemos citar os trabalho de Pierre Bourdieu (1984) sobre as mudanças no campo do campo universitário francês à partir da década de 1960. Segundo Bourdieu, estes novos intelectuais surgiriam à partir das transformações nos mecanismos internos de auto-legitimação do campo em favor de uma maior dependência com relação ao campo jornalístico. Isso garantiria aos media o papel de instâncias privilegiadas de reconhecimento e consagração intelectual.

Da mesma forma, Rieffel (1992; 1993) evidencia as alterações no que ele chama de “configuração intelectual”⁵, pelo aparecimento de novas formas de afiliação, legitimação e consagração na intelectualidade. Assim, de uma hierarquia fundada sobre o prestígio do intelectual face aos pares, emergiriam novos valores ligados aos constrangimentos mediáticos: a capacidade de estar sempre presente nos media, de adaptar o discurso aos *news values* jornalísticos, de interagir e se legitimar face aos profissionais do meio audiovisual, etc. Como consequência, Rieffel mostra um processo de multiplicação das zonas de contato entre os profissionais dos medias e a intelectualidade. A perda da autonomia, a confusão entre as representações habituais de jornalistas e intelectuais criaria uma sociabilidade eclatante entre os dois grupos onde emergiriam os *intelectuais mediáticos* (RIEFFEL, 1992).

⁵Rieffel utiliza o conceito de configuração de Nobeit Elias colocando o estudo das interações entre os indivíduos numa abordagem intermediária entre o estudo do comportamento individual dos atores e o determinismo macro-estrutural.

Outros autores, contudo, buscam definir esses *intelectuais mediáticos* dentro de uma perspectiva normativa, onde a necessidade de auto-legitimação parece evidente. Utilizando-se de um discurso de “crise” ou de “declínio” da “verdadeira intelectualidade”, autores como Jacques Pelletier (2000)⁶, Régis Debray (1979)⁷, Juremir Machado da Silva (2000)⁸ vão enquadrar os *intelectuais mediáticos* como uma espécie de “usurpadores” da “nobre função” de intervir criticamente no espaço público. Assim, implícita à própria definição utilizada, reside uma forte crítica à qualidade das intervenções e à legitimidade desses novos atores, quando comparados a outros modelos – sartriano; gramsciano; foucaultiano ou bourdieusiano – de intelectual. Mesmo Pierre Bourdieu (1997) não escapa a esse tipo de postura quando analisa a atuação dos *fast thinkers* nos media franceses em *Sobre a Televisão*.

Outros autores buscam desmitificar essa relação entre o “intelectual mediático” e o discurso de crise da intelectualidade tradicional. Para Sarlo (1997), é preciso desconfiar das pretensões de universalidade desse novo intelectual. Para ela, os media seriam incapazes de ocupar completamente o espaço intelectual. Na mesma direção Buxton (2005, p. 24) destaca que o *intelectual mediático* seria apenas a parte mais visível de um processo social de circulação de idéias na sociedade: “o intelectual dos media não é nada mais que um captor-emissor, socialmente determinando, que ‘materializa’ e que se apropria de idéias eficazes, elas também socialmente determinadas”⁹.

⁶“L’expérience québécoise aussi bien qu’européenne semble donc bien indiquer que l’évolution de l’intellectuel a suivi une courbe descendante. Possédant au début du siècle un capital symbolique important, exerçant une influence réelle dans les débats politiques, il est progressivement dépossédé de l’un et de l’autre et remplacé par des nouveaux acteurs appartenant à l’univers concurrentiel du spectacle. D’une certaine manière il est donc ‘mort’, en effet, ce qui n’est sans doute une bonne nouvelle. Mais il y a pire encore dans la mesure où cette ‘mort’ est accompagnée par un déclin de la vie et du débat démocratique” (p. 373).

⁷“Les mass média sont une machine à produire du simple – en éliminant le complexe (...) Le public peut croire aujourd’hui qu’il y a plusieurs intellectuels, il n’y a plus qu’un définitive. La matrice du système médiatique tirera autant de copies que nécessaire – seul le moule est original” (pp. 139-140).

⁸“A mídia conseguiu tomar o lugar da universidade e suplantar o lugar do intelectual. O professor se vê anulado pelo colunista. O intelectual desconstrói, o colunista pontifica; o intelectual duvida, o colunista afirma; o intelectual conjectura o colunista define; o intelectual especula, o colunista julga (...) Prótese do intelectual numa época de decadência do intelectual universitário e do intelectual público, o jornalista quer obter mais por menos” (p. 44).

⁹Livre tradução de: “L’intellectuel des médias n’est qu’un capteur-émetteur, socialement déterminé, qui ‘matérialise’ et qui relaya des idées agissantes, elles aussi socialement déterminés”.

O problema que emerge com esse debate reside na forma como ele “neutraliza” a noção de intelectual, colocando-a enquanto categoria funcional, negligenciando os processos de atribuição de sentido e de legitimidade ao grupo social. Ou seja, a processualidade histórica supostamente empregada para questionar e compreender a emergência dos *intelectuais mediáticos* frequentemente é negligenciada quando se trata de analisar os intelectuais de uma maneira geral. Eles aparecem com uma categoria ideal e socialmente suspensa, e impregnada do um discurso de auto-legitimação. Isso se evidencia pela recorrência de certos termos associadas à *intelligentsia* tradicional em detrimento aos *intelectuais mediáticos*: autonomia, universalidade, discurso crítico no espaço público, etc...

Definir os intelectuais? Alguns pressupostos teóricos

O cerne do debate em torno da emergência do *intelectual mediático* está, portanto, na definição de intelectualidade adotada. O que é o intelectual? Que tipo de categoria ou grupo social estamos no referindo quando falamos em “crise” do intelectual?

Dois problemas surgem quando nos debruçamos em parte da literatura dedicada ao estudos intelectuais. Em primeiro lugar, verificamos uma multiplicidade e definições, a maior parte delas normativas. Segundo Bobbio (1997, p. 13), os intelectuais são a única categoria social que só podem ser definida por eles mesmos. O problema é que dificilmente a intelectualidade se propõe apenas a se definir. E uma coisa é delimitar a área de utilização do termo ‘intelectual’ – sem esquecer que existem outros termos equivalentes. Outra é acrescentar qual deve ser seu papel na sociedade:

A passagem de um plano a outro ocorre muitas vezes de modo inconsciente, tanto que o juízo negativo sobre a inteira categoria depende unicamente da constatação de que, de fato, os intelectuais de quem observam o comportamento não desempenham a função que deveriam desempenhar segundo o modelo que temos em mente e com o qual nos identificamos (BOBBIO, 1997, p. 13)

O segundo erro, como já havíamos destacado, está na forma como essas diferentes acepções normativas buscam “neutralizar” os intelectuais enquanto categoria funcional. Ao destacar o engajamento revolucionário dos intelectuais (SARTRE, 1972; GRAMSCI, 1979; 1980), o seu papel crítico (MILLS,

1964; SAID, 1996); a defesa de valores “universais” (BENDA, 1927; BOB-BIO, 1997; SARLO, 1997); ou ainda a autonomia da categoria dos intelectuais (ARON, 1980; WEBER, 2004), essas definições colocam a intelectualidade como um categoria que surge “naturalmente” tendo em vista as necessidades da sociedade. Ao naturalizar o papel dos intelectuais na sociedade, alguns autores incorrem no erro de ignorar os processos sociais e históricos que compõem a identidade do grupo. Mas sobretudo a forma como esses discursos se articulam às estratégias de legitimação de certos atores que visam objetivar suas aspirações e trajetórias pessoais numa concepção unitária da categoria¹⁰.

A constatação de que existem uma grande diversidade de acepções normativas, cada uma tentando impor sua definição do que dever ser intelectual, mostra sobretudo, os mecanismos de construção social dessa categoria. Não existe um conceito unitário e definitivo da intelectualidade, pois o próprio estatuto de intelectual é objeto de constante redefinição e disputa, sendo imerso numa relação dialética entre o contexto histórico e as estratégias dos atores e grupos sociais na definição da categoria (CHARLES, 1990)

Isso significa que o processo de passagem de uma estabilidade identitária para um contexto de crise ou transformação dos intelectuais e, mais tarde de emergência dos *intelectuais midiáticos* deve ser visto com cautela durante a análise, de forma a não naturalizar a noção de intelectual. Finalmente, embora tenhamos descrito um processo comum à *intelligentsia* brasileira e francesa, é preciso estar sempre atento ao que significa ser “intelectual” na França e no Brasil. Dois contextos sócio-históricos distintos implicam formas diferentes de conceber e pensar o grupo. Não que estejamos trabalhando com um modelo nacional de intelectualidade. Mas como algo que resulta de um processo particular de objetivação da categoria em cada país, cuja face mais visível é existência de uma acepção de “intelectual” que é socialmente reconhecida e partilhada, mesmo que ela seja, ao mesmo tempo, objeto de disputas e transformações

O trabalho aqui consiste, portanto, em encontrar operadores capazes de pensar o intelectual escapando, ao mesmo tempo, da neutralização progressiva da categoria e de uma ancoragem histórica datada (CHARLES, 1990), o que inviabilizaria qualquer pretensões de uma análise sobre a categoria. Nesse

¹⁰A noção de intelectual defendida por Sartre (1972), por exemplo, longe de ser “neutra”, reflete a própria condição do filósofo, pequeno burguês que aspira a “universalidade” pelo engajamento ao lado da classe proletária. É ainda o contexto em que ele emerge num meio intelectual, marcado pela hegemonia ideológica do comunismo (ORLY & SIRINELLI, 1992).

sentindo este artigo levar em conta os seguintes pressupostos teóricos-epistemológicos:

1) A dimensão construtivista do objeto “intelectuais”

Em *Questions de Sociologie*, Pierre Bourdieu (1984) escreve que “Juventude não é mais do que uma palavra”. Esta assertiva pode também ser aplicadas aos intelectuais. Na verdade, a sociologia bourdieusina se apropria de alguns princípios do construtivismo para explicar como certos grupos sociais – a família, os jovens, os intelectuais – são “palavras” que adquirem “existência” quando inculcados num determinado universo à partir de um trabalho de socialização:

Este princípio de construção é um dos elementos constitutivos do nosso *habitus*, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todos os cérebros socializados de uma certa forma, é ao mesmo tempo individual e coletiva; esta é uma lei tácita (*nomos*) da percepção e da prática que é o fundamento do consenso sobre o senso do mundo social ao fundamento do *sensu comum*¹¹.

Nesse sentido, é possível pensar os intelectuais como um grupo que é socialmente construído (o que significa que não é “natural” à sociedade), mas que torna-se uma categoria “objetiva”, na medida em que passa a ser reconhecida e interiorizada como tal. “Quando se trata do mundo social, as palavras fazem as coisas porque elas fazem o consenso sobre a existência do senso das coisas, o senso comum, a *doxa aceita por todos como originária de cada um*.¹²

Mesmo que os intelectuais estejam imersos numa processualidade histórica, social e interacional, sua análise enquanto categoria socialmente construída não significa desconsiderá-los enquanto atores sociais, mas compreender as razões pelas quais certas acepções são objetivadas, de forma a entender

¹¹Livre tradução de : “Ce principe de construction est un des éléments constitutifs de notre *habitus*, une structure mentale qui, ayant été inculquée dans tous les cerveaux socialisés d’une certaine façon, est à la fois individuelle et collective; c’est une loi tacite (*nomos*) de la perception et de la pratique qui est au fondement du consensus sur le sens du monde social (...), au fondement du *sens commun*”. In: Bourdieu, P. *À propos de la famille comme catégorie réélisée*. ARSS, Numéro: 100. Décembre 1993. Utilizo aqui uma versão digital disponível em: http://www.geocities.com/fhp_cacom/Pierre_Bourdieu_famille.doc

¹²Livre tradução de: “Quand il s’agit du monde social, les mots font les choses, parce qu’ils font le consensus sur l’existence et le sens des choses, le sens commun, la *doxa acceptée par tous comme allant de soi*” In : Bourdieu, P. *Idem*.

melhor as estratégias que emergem no discurso desses atores. A reação que se produz à questão dos intelectuais mediáticos na França, a articulação de um discurso de crise, por exemplo, está relacionada à imagem de autonomia com relação ao poder e de engajamento intelectual junto às causas universais que se constrói à partir do *Affaire Dreyfus* e que é reiterada por figuras distintas como Zola, Sartre, Camus, Aron e pelo próprio Pierre Bourdieu. Essa concepção, embora não deixe de estar ligada às estratégias de legitimação do grupo, influi sobre o mundo social na medida em que provoca às reações de parte da intelectualidade em torno do “declínio” ou da crise dos intelectuais naquele país.

2) A dimensão histórica

Ao atribuir aos intelectuais uma natureza e uma função na sociedade, o paradigma funcionalista nas ciências sociais acaba caindo num essencialismo que tende a legitimar o *status quo* (RUELLAN, 1993). A identidade do intelectual se articulava a uma definição estática de um grupo que deve atender a uma necessidade específica do sistema social. Qualquer alteração nessa identidade é vista como um “disfuncionamento”.

Os intelectuais se configuram numa categoria historicamente construída. Sua identidade se constitui por um processo de diferenciação/exclusão e não da criação de uma unidade idêntica, inteiriça e ‘sem-costuras’ (HALL, 2000; REIS FILHO, 2000). A emergência dos intelectuais, seu modo de atuação, as alterações na sua identidade resultam de um processo dialético entre a ação dos atores condicionando sendo condicionada por um momento histórico definido (RIEFFEL, 1993; STRAUSS; 1992). É o que fica evidente nos trabalhos de Cristophe (1990) sobre o nascimento dos intelectuais na França. Mas também na forma como este grupo social – tipicamente francês – construiu e definiu sua identidade no Brasil

3) A dimensão interacionista

A identidade dos grupos sociais se funda nas interações. “É no decorrer do face à face interacional e, graças a ele, que avaliamos melhor a si mesmo e aos outros”¹³ (STRAUSS, 1992, p. 47). Lógica que é ainda mais marcante

¹³Livre tradução de: “C’est au cours du face à face interactionnel et, grâce à lui, que l’on évalue le mieux à soit même et les autres”.

no caso dos intelectuais, cujo estatuto depende sobretudo dos mecanismos institucionais de reconhecimento, internos e externos ao meio. “Nunca se é um intelectual por estatuto e sempre um intelectual para alguém”¹⁴ (RIEFFEL, 1993, pp. 14-15).

A evolução das identidades não deve ser observada apenas nas definições historicamente cristalizadas, mas na forma como elas são interiorizadas e articuladas pelos atores. E na interação com os pares e com atores externos ao meio que os intelectuais afirmam suas identidades. Nesse sentido, o meio intelectual deve ser visto como um espaço social onde os indivíduos estão ligados entre si por dependência recíproca. Trata-se de espaço estruturado por lógicas de concorrência e reconhecimento que atribuem e garantem o estatuto do intelectual (RIEFFEL, 1993). “Essas ‘redes’ engendram, de fato, microclimas específicos, e a palavra reenvia, nessa perspectiva, a um duplo sentido, de um lado ‘redes’ que estruturam e ‘microclimas’ que caracterizam um certo ambiente”¹⁵ (ORLY & SIRINELY, 1992, pp. 244-245).

Os intelectuais no Brasil

No Brasil, a intelectualidade enquanto grupo socialmente objetivado prescinde de um “ato de nascença”. É impossível remeter as acepções derivadas do termo a um evento fundador como o *affaire Dreyfus* na França. Assim, tomaremos o período que vai de 1920 à 1945 como ponto de partida para compreendermos que tipo de intelectual estamos falando, quando analisarmos, mais tarde, o processo de mediatização dos *hommes des lettres* no Brasil. De fato, este período se mostra importante na consolidação de uma definição e de uma identidade do “intelectual” à brasileira (MICELI, 2001) e que perdurará até meados de 1960. Três fatores justificam nossa escolha:

1. Do ponto de vista macro-estrutural, o período implica no fim de um modelo de sociedade marcado por uma economia agrária-exportadora e dominada por uma elite regional e o início de um processo de industrialização, urbanização e fortalecimento do mercado interno e do Estado brasileiro. Este processo altera profundamente o trabalho do intelectual,

¹⁴Livre tradução de: “On n’est jamais un intellectuel par statut et toujours un intellectuel pour quelqu’un”.

¹⁵Livre tradução de: “Ces ‘réseaux’ engendrent en effet des microclimats spécifiques, et le mot revêt, dans cette perspective, un double sens, à la fois ‘réseaux’ qui structurent et ‘microclimat’ qui caractérise un milieu donné”.

seja nas formas de ingresso ao meio, seja no caráter das obras produzidas, como veremos a seguir.

2. No caso específico das “profissões intelectuais”, isso implica numa ruptura nos esquemas de legitimação que perduravam anteriormente – pela grande imprensa ou pela representação parlamentar – através da construção de espaços institucionais mais próximos do intelectual contemporâneo (MICELI, 2001)
3. Do ponto de vista da produção intelectual, verificamos o predomínio de uma ideologia da “cultura brasileira”. A aceção implica numa ruptura com os esquemas anteriores de interpretação do país – que pregavam a adoção de um modelo branco¹⁶ e europeu de cultura – em nome uma valorização da mestiçagem, como símbolo da “identidade nacional” (MOTA, 1990). A construção dessa identidade, bem como de um modelo de desenvolvimento para o Brasil passava pela intervenção teórica e política do intelectual (PÉCAULT, 1990).

Observamos, durante esse período, a criação de novas instâncias de mediação do trabalho intelectual: novos partidos e frentes de mobilização política à esquerda e à direita, instituições de ensino, a emergência do mercado editorial e a proliferação de postos no setor público. Passava-se de uma atividade intelectual, restrita às elites rurais, dependente do mecenato privado ou da Igreja para uma proliferação dessas carreiras, sob forte ingerência estatal.

O forte crescimento do setor público e a centralização da administração do país durante o regime de Getúlio Vargas resultou numa mudança nos mecanismos de ingresso e legitimação intelectual, seja pelo recrutamento direto nos postos burocráticos criados pelo Estado¹⁶, seja pela sua intervenção oficial diferentes domínios da cultura: produção, difusão e conservação do trabalho artístico e intelectual. Ou ainda pela ingerência estatal no processo de regulamentação das profissões de nível superior.

Dessa forma, o Estado impõe-se como grande concercionário dos padrões de legitimidade intelectual, decidindo quem são os verdadeiros representantes da “cultura brasileira”. “O Estado transforma-se, por essa via, na instância suprema de legitimação das competências ligadas ao trabalho cultural, técnico

¹⁶Pela profissionalização e racionalização das carreiras burocráticas, diferente do simples acomodamento de afiliados em postos burocráticos, como ocorria anteriormente.

e científico, passando a atuar como agência de recrutamento, seleção, treinamento e promoção do público portador de diploma superior” (MICELI, 2001, p. 203).

Embora essa vinculação com o Estado não implique necessariamente numa cooptação doutrinária da *intelligentsia*, (MICELI, 2001, PÉCAULT, 1990), o certo é que a própria representação do intelectual no Brasil à partir daí esteve estreitamente ligada ao seu papel enquanto analista, crítico ou produtor de um modelo ideológico que expressasse uma identidade “nacional” à cultura ou ao modelo político-econômico no Brasil¹⁷.

Nesta breve análise chegamos, portanto, a um modelo do intelectual brasileiro que se define à partir de sua relação com o Estado. Seu ingresso no meio se faz à partir das instâncias criadas ou controladas pela máquina estatal – universidades, institutos artísticos e culturais, órgãos públicos, instituições de financiamento à produção intelectual, etc. Mas também pela sua própria representação social, enquanto um grupo que se coloca como ideologicamente “autônomo”, aspira – e às vezes consegue – interferir na construção de um modelo político e cultural “adequado” ao país, mesmo que imposto de “cima para baixo”.

Os intelectuais no ano 1960: os efeitos do golpe

O meio intelectual brasileiro nos anos 1960 e 1970 foi marcado por uma efervescência política e cultural, orientada, sobretudo, pelas teorias e ideologias de esquerda. Esse contexto encontra explicações no final dos anos 1950, quando essas ideologias chegam a certos setores do Estado. Nessa época, o país era governado por João Goulart, herdeiro do trabalhismo populista da “Era Vargas”, mas que vai se aproximar de certos setores da esquerda mais progressista. Ele

¹⁷É neste ponto que a *intelligentsia* brasileira busca legitimar sua pretensão enquanto grupo socialmente suspenso. Nesse sentido, Daniel Pécault (1990) chega a falar numa “vocalização demiúrgica” dos intelectuais brasileiros, vistos enquanto “arautos” de uma consciência nacional totalizante. Essa concepção é vista como simplista por Miceli (2001), que crítica a tendência teleológica de Pécault em adaptar à complexidade dos diferentes percursos e correntes intelectuais à sua hipótese totalizante. Por outro lado, essa crença em torno de uma casta de legítimos intérpretes da realidade brasileira aparece na maioria dos trabalhos de auto-avaliação e auto-representação produzidos pelos principais intelectuais do País durante esse período. É o que fica evidente, por exemplo, na leitura do livro de Mota (1990), que se propõe a mapear a evolução das correntes intelectuais no Brasil. Na análise, de forte teor gramsciano, o autor mostra como a pretensão do totalizante desses pensadores com relação à cultura brasileira reflete o caráter aristocrático ou pequeno burguês dessa produção.

se apropria de algumas proposições desses grupos, sobretudo em torno das “reformas de base” (reformas agrária, bancária, administrativa, fiscal, urbana escolar, jurídica, trabalhista, entre outras).

Verifica-se, portanto, a junto a certas instituições políticas – o Partido Comunista do Brasil (PCB), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) – e intelectuais – O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Universidade de São Paulo (USP) – a crença de uma “modernização socialista da sociedade” (CZAJKA, 2004, PÉCAULT, 1990). Trata-se de um cenário de confluência entre o meio universitário, parte do Estado e os movimentos políticos, fundados na utopia de que o Brasil vivia uma “revolução socialista” em curso.

Implícito à cultura política da época estava a crença de uma união entre a intelectualidade e as massas. Orientados pelas ideologias sartrianas e gramscinianas sobre o papel do intelectual, uma parcela da *intelligentsia* da época se colocava enquanto responsáveis culturais da revolução em marcha. Essa crença explica a atração exercida pelo PCB enquanto organizador de uma “sociedade civil comunista” no Brasil ou a criação dos Centros Populares de Cultura (CPCs) que buscavam transformar a cultura em instrumento revolucionário junto às massas (PÉCAULT, 1990).

Nesse contexto, acontece ainda a reformulação das ciências sociais no Brasil pela incorporação de certas teorias marxistas¹⁸, como ponto de partida para uma releitura e reinterpretção da condição do país. O marco fundador dessa mudança serão os “Seminários Interdisciplinares de leitura sobre o Capital”, realizados à partir de 1958 sob a coordenação de Florestan Fernandes, mas com a participação de jovens pesquisadores como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Mudança que rompe com as interpretações funcionalistas e ligadas à mestiçagem do povo e da cultura brasileira dando lugar a noções como subdesenvolvimento e dependência (RIDENTI, 2003 ; SORJ, 2001; CZAJKA, 2004, p. 42):

A necessidade de compreender, discutir e reformular a nova conjuntura nacional que emergia durante os primeiros anos da década de 1950 – período de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais também executadas num plano internacional – se mostra num sintomático processo de transformação que se

¹⁸Marx, Sartre e Althusser. Mas também utores ligados ao “marxismo cultural”: Gramsci, Adorno, Marcuse etc.

produz no interior dos grupos de esquerda, como nos seus respectivos grupos de formação de uma consciência e de construção de identidades nacionais e populares. E a proposição de um novo vocabulário por esses artistas e intelectuais mostra a necessidade de estabelecer essa identidade à partir dos seus aspectos sociológicos e filosóficos.

Esse cenário altera-se profundamente à partir do golpe militar de 1964 e sobretudo, após da instituição do AI-5, em 1968. O ato colocará um fim na crença numa revolução socialista conduzida pelo Estado com o apoio dos intelectuais. Os eventos implicarão numa ruptura entre a teorização sobre o papel social dos intelectuais e as formas possíveis de militância política durante a ditadura (RIDENTI, 2003).

Assim, parte dos intelectuais, sobretudo a juventude estudantil radicalizará a ação revolucionária constituindo movimentos de guerrilha urbana e rural. “A guerrilha”, afirma Pécault (1990, p.247), “é uma sintonia entre outros de que a política dos intelectuais não pode mais assumir as modelidades habituais (...) Reside também na capacidade de gerar tensões internas ao próprio meio intelectual das esquerdas com o que isto implica de volta a si mesmo: o ‘povo’ está decididamente bem longe”

Uma segunda parcela se concentrará nos terrenos da produção cultural e científica, muitas vezes apoiada pelo próprio governo militar. Este processo se acelera sobretudo no início dos anos 1970, quando a ditadura abate a quase totalidade dos movimentos de guerrilha revolucionária.

Finalmente, uma terceira parte desse grupo vai criar movimentos de resistência ao regime no interior de uma imprensa alternativa, ligada ou não aos partidos de esquerda clandestinos. “A imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo” (KUCINSKY, 2003, p. 17). Nesses veículos, intelectuais, jornalistas e ativistas políticos compartilharam uma rede comum de atuação em que buscavam construir uma hegemonia socialista (*Movimento, Opinião*, etc) ou como espaço de expressão dos movimentos brasileiros de contra-cultura.

Esse processo reflete o declínio de uma concepção “totalitária” do intelectual – enquanto intérprete e agente de uma realidade e de uma cultura “nacional” – com a progressiva criação de grupos relativamente “autônomos” do Estado e de uma mudança na própria (auto) representação da intelectualidade:

Há uma reformulação das atividades de esquerda no país (a partir do PCB e do ideário pecebista) que deixa de pensar o Estado único e exclusivamente como centro das transformações históricas da própria revolução brasileira (...). É essa mudança de foco que possibilita uma nova consciência em torno daquilo que representa o esforço do chamado marxismo ocidental, para o qual os valores culturais indistintamente serão reconhecidos também como valores políticos. É, pois, quando a cultura torna-se um espaço legítimo de intervenção do seu principal protagonista: o intelectual (CZAJCA, 2004, p. 52).

O fracasso da alternativa socialista durante a ditadura leva ainda parte dos intelectuais a dirigirem suas produções rumo a uma espécie de “grande recusa” ao capitalismo (COUTINHO, 2005) que marca os movimentos de contra-cultura no Brasil, como o tropicalismo e o cinema novo. “Vislumbrava-se uma alternativa de modernização [da sociedade brasileira] que não implicasse a submissão ao fetichismo da mercadoria e do dinheiro, gerador da desumanização” (RIDENTI, 2005, p. 24). “O mal já não é tanto a ditadura ou mesmo o capitalismo enquanto formação econômico-social: era todo um legado cultural que, baseado na razão e na ciência, funcionaria essencialmente como instância repressora da subjetividade humana” (COUTINHO, 2005, p. 86).

A mudança no caráter dessas produções, assim como o declínio do intelectual engajado-revolucionário marca o início de um processo de transformação na identidade do grupo que se acelera à partir da redemocratização do país. O processo inaugura novas formas de ingresso na intelectualidade e na própria representação social desses atores. Neste ponto é que se fala na emergência do *intelectual mediático* no Brasil.

Da redemocratização e “profissionalização dos intelectuais”

Com o processo de abertura política, o fim da censura e a amnistia, há uma relativa repolitização do debate intelectual no Brasil, mobilizados em torno da redemocratização. Durante esse período ocorrem um conjunto de transformações conjunturais e estruturais que ajudam a explicar a consolidação de uma nova identidade do intelectual no Brasil:

1) O declínio das esquerdas revolucionárias e a “nova esquerda”

À partir dos anos 1970 os movimentos progressistas buscam renovar os parâmetros de definição da esquerda no Brasil. Na construção de um novo socialismo, questões como a revalorização da democracia, da individualidade, dos movimentos populares espontâneos entram em pauta. Ao mesmo tempo, produz-se uma literatura teórica que defende a desvinculação desses movimentos do Estado. À partir dos anos 1980 esse processo se acelera com o fim da ditadura, a reformulação sistema partidário brasileiro e, mais tarde, a queda do muro de Berlim. De certa forma, verifica-se um esgotamento do modelo bolchevique do partido revolucionário, como ilustra a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. No bojo desse processo, verifica-se o declínio do arquétipo quixotesco do intelectual de esquerda, a substituição de um discurso de ruptura coletiva com o subdesenvolvimento nacional e a exploração das classes, dando lugar à questões como o acesso individual ao desenvolvimento globalizado (RIDENTI, 2003).

2) A expansão do sistema universitário e de uma indústria cultural

Durante a ditadura, os militares tiveram uma postura bastante ambígua com relação aos intelectuais e à cultura. Por um lado, controlavam a produção artística e intelectual, através da censura, das aposentadorias forçadas, das prisões e do exílio de grande parcela da intelectualidade. Por outro, empenharam-se em construir e modernizar os espaços de atuação de artistas e acadêmicos. O regime foi responsável por uma modernização conservadora da educação, com a massificação do ensino fundamental público e a criação de um sistema de apoio a pesquisa e a pós-graduação. Da mesma forma, abriu aos intelectuais novos espaços de atuação na indústria cultural, com a criação de órgãos públicos e empresas estatais nas áreas de produção audiovisual (Embrafilmes), editorial (Instituto Nacional do Livro) e artística (Funarte). O governo estimulou ainda a criação do sistema de televisão nacional, em especial a TV Globo, e da expansão da indústria cultural brasileira (fonográfica, editorial, agências de publicidade etc) (RIDENTI, 2003; 2005).

Nesse processo ocorre uma integração parcial das propostas revolucionárias dos anos 1960 e a absorção dos intelectuais contestadores no sistema universitário ou na indústria cultural:

O fato é que a sociedade brasileira foi ganhando nova feição e a intelectualidade que combatia a ditadura aos poucos adaptou-

se à nova ordem, que até mesmo instituíam um nicho de mercado para produtos culturais críticos, censurando e selecionando alguns deles. Universidade, jornais, rádios, televisões, agências de publicidade, empresas públicas e privadas tendiam a fornecer ótimas oportunidades a profissionais qualificados, dentre os quais se destacavam os que se consideravam de esquerda, expoentes da cultura viva do momento imediatamente anterior (Ridenti, 2003, pp. 203-204).

As mudanças nas formas de ingresso e legitimação no meio acompanham as evoluções da atividade e da representação social da intelectualidade. O declínio da noção de intelectual engajado na transformação da sociedade à partir do Estado resultou na construção de novos espaços de inserção institucional dos intelectuais – universidade, partidos políticos, mídia – que condicionam o forma de suas intervenções. “Por força natural das coisas, abre-se uma era em que os intelectuais, participam da política pretendendo menos atuar de imediato na sociedade do que influenciar seu próprio meio.” (PÉCAULT, 1990, p. 222). Ou seja, de uma definição totalizante da intelectualidade ocorre uma clivagem, resultado da “profissionalização” dessa categoria”, em diferentes tipos de intelectuais: “mediático”, “universitário”, intelectual “de partido”, “ligado ao movimento social”, etc.

Isso significa que a emergência do *intelectual mediático* no Brasil não passou necessariamente por um cenário de crise, mas de “profissionalização” (RIDENTI, 2003; CZAJKA, 2004) da categoria. Nesse processo, as diferentes “conversões” obedecem a uma adequação dos intelectuais ao contexto pós golpe de 1964, onde boa parte da intelectualidade articula sua produção à partir dos espaços institucionais abertos na indústria cultural ou no Estado (estatais, universidades, etc). A Rede Globo, segundo Ridenti (2005), é a imagem mais caricatural de como as propostas revolucionárias produzidas no terreno da cultural durante a década de 1960 foram adaptadas na programação jornalística e na teledramaturgia da TV brasileira. A questão da crise ou do silêncio dos “intelectuais”, a crítica aos *intelectuais mediáticos* praticamente não aparece no Brasil durante as duas últimas décadas do século XX. Ela reaparece de forma mais pontual nos últimos cinco anos, influenciada pelo cenário francês ou como uma reação ao progressivo esvaziamento do debate político nacional.

Os intelectuais na França: do intelectual universal ao intelectual mediático

Diferente do Brasil, a identidade do intelectual francês remete a um marco histórico mais definido: a clivagem entre os diferentes grupos que compõem as profissões liberais na França no final do século XIX, durante os debates em torno do *Affaire Dreyfus*. Christophe Charles (1990) mostra como as transformações no campo intelectual francês resulta numa polarização no interior desse espaço que se radicaliza durante as discussões entre dreyfusistas e anti-dreyfusistas. Essas clivagens denotam uma luta em torno de uma definição legítima dos intelectuais, que é objetivada na construção de um grupo social, muitas vezes expressas nas intervenções dos indivíduos mais consagrados (Zola, Jaurés, Clémenceau) durante o *affaire*.

Isso não resulta numa definição funcional dos intelectuais franceses, mas ajuda a compreender como a noção se cristaliza naquele país nas representações veiculadas pelo próprios intelectuais (Benda, Nizan, Sartre, etc) em torno do atuação crítica e autônoma desse grupo social no espaço público. Ela explica ainda as reações produzidas frente a um cenário de mediatização da intelectualidade francesa (Bourdieu, Debray, Halimi, etc).

Tentaremos mostrar como essas representações cristalizadas se alteram com as transformações da intelectualidade francesa a partir de 1968, período considerado por Debray (1979) e por Orly & Sirinelli (1992) como o de ruptura no discurso intelectual e sobre os intelectuais. Nos centraremos sobretudo nos trabalhos de Rieffel (1992, 1993) e em algumas proposições de Bourdieu (1984, 1989) e Orly & Sirinelli (1992). Ou seja, tentaremos mostrar que mecanismos explicam o declínio do modelo sartriano de intelectualidade naquele país a partir da crescente mediatização dos *clercs*, sem entrar detalhadamente numa análise sobre a evolução desses modelos.

Transformação nos modos de interação e legitimação intelectual

Num estudo sobre as transformações da intelectualidade francesa, Remy Rieffel (1993) mostra as alterações nos mecanismos de atribuição de estatuto intelectual a partir da evolução dos canais de afiliação, legitimação e consagração intelectual. Segundo ele, a partir da *Liberção*, a definição da identidade e do trabalho intelectual estavam intimamente ligados a uma formação comum (sobretudo nas “Grandes écoles”), ao hábito de frequentar certos espaços de socialização partilhadas pela intelectualidade francesa (cafés, seminários, etc).

Significava ainda assinar as petições e se legitimar participando das principais *revues intellectuelles* da época (*Les temps modernes, Socialisme ou Barbarie, Esprit, Critique*, etc). Finalmente, para se consagrar enquanto intelectual era preciso publicar um livro e intervir na imprensa.

Esses diferentes canais de interação ligavam-se ao contexto histórico da época. As clivagens ideológicas e teóricas dos intelectuais no pós guerra estavam refletidas na rede social partilhada pelos diferentes atores (os grupos de Sartre, Barthes, Lacan, Foucault, Lévy-Strauss, Aron, etc.) ou pelas linhas editoriais das diferentes revistas. Ou ainda, nas posições adotadas pelos intelectuais nas petições ou nas suas intervenções na imprensa. Por outro lado as lógicas relativas aos espaços de socialização orientavam as estratégias individuais de pertencimento e participação na esfera intelectual. De acordo com as análises bourdieusianas, tratavam-se, portanto, de operadores internos a este espaço que orientavam as formas de atuação dos agentes, objetivados numa definição “neutra” da categoria (BOURDIEU, 1984; 1986).

Esse modelo, se altera a partir da década de 1970, graças a uma série de transformações internas ou externas ao meio intelectual:

1. O conjunto de mudanças na conjuntura política (os eventos de maio de 1968, a chegada da esquerda ao poder no início da década de 1980, etc) econômica (crise econômica nos anos 1970, liberalização da economia nos anos 1980, liberalização do audiovisual pela esquerda, etc) e internacional (ascensão do neoliberalismo na Inglaterra e Estados Unidos, fim do socialismo real, etc) (RIFFEL, 1992; 1993);
2. Alterações no interior do sistema universitário francês com a rápida expansão do número de alunos e de postos. Nesse caso, segundo Bourdieu (1984), há uma mudança no equilíbrio do sistema de recrutamento, cooptação e ascensão dos intelectuais universitários, provocando uma ruptura nas aspirações dos jovens universitários e no sistema de recompensas promovido pelo campo,
3. Mudanças no interior do movimento das idéias : divisões no interior da esquerda, fim do engajamento ideológico dos intelectuais, das escolas de pensamento. Dificuldades de clivagem (cultural e ideológica) dos intelectuais (RIFFEL, 1992; 1993);

4. Morte simultânea de grandes figuras (Sartre, Aron, Barthes, Foucault, Althusser) representativas das antigas gerações intelectuais (ORLY & SIRINELLI, 1992),

Esse conjunto de transformações explica o sentimento de crise de identidade no intelectual francês. “O modelo do intelectual total do tipo sartriano sofre de envelhecimento: somente as intervenções pontuais, limitadas, efetivas, repetáveis, motivam ainda a ação coletiva”¹⁹ (RIEFFEL, 1993, p. 622).

A crise dá origem a uma série de debates sobre o “silêncio” dos intelectuais na França e o nascimento de uma literatura analítica que exprime um certo ceticismo com relação à intelectualidade. Segundo Orly & Sirinelli (1992), trata-se de uma crise ideológica e cultural que teria levado a uma crise de identidade nos anos 1980, seja pela perda de certos elementos de identidade, seja pelo fim do papel de “arautos” durante as grandes crises nacionais.

Para Rieffel (1993), esse cenário explica-se pelo nascimento de novas formas de afiliação, legitimação e consagração no interior do mercado de idéias. Elas seriam respostas da configuração intelectual a um conjunto de transformações históricas o que incluem a mediatização crescente das práticas intelectuais. As alterações no sistema de legitimação e intervenção intelectual se articulariam com a criação de novos espaços de interdependência e de atribuição do estatuto identitário, quando comparado às instâncias tradicionais:

La configuration intellectuelle a été vivement secouée parce que certains ont appelé un changement de paradigme. La perte d'influence de certaines instances légitimantes traditionnelles (les revues, les colloques, etc), la désacralisation des *clercs* des 'grands récits', et des idéologies totalisantes, le surgissement des intellectuels médiatiques, la redistribution des filières d'affiliation sont autant de facteurs d'une recomposition du milieu qui a basculé vers le pôle de la médiatisation (RIEFFEL, 1992, p. 22).

Esse hipótese é confirmada por Bourdieu (1984, p. 148) que acrescenta o fato que a busca por visibilidade mediática pelos intelectuais resulta também de mudanças nos princípios de dominação e legitimação do campo. Isso levaria parte dos atores a recorrer ao jornalismo como instância de atribuição de visibilidade:

¹⁹Livre tradução de : “Le modèle de l'intellectuel total du type sartrien souffre de vieillissement : seules les interventions ponctuelles, limitées, à l'effet, repérable, motivent encore l'action collective”.

Ele (o jornalismo) permite preencher rapidamente e de forma eficaz a decalagem entre as aspirações e as possibilidades assegurando uma forma menor da notoriedade atribuída aos grandes sábios e aos intelectuais, e ele pode mesmo, num certo estágio da evolução da instituição (universitária) em direção à heteronomia, tornar-se uma via de promoção no interior da própria instituição²⁰.

Assim, de uma hierarquia fundada no prestígio e na notoriedade do intelectual face aos pares, emergiriam novos valores, ligados à lógica mediática: a capacidade de estar sempre presente nos meios, de adaptar o discurso ao formato dos meios, de interagir e de se legitimar junto aos profissionais da imprensa escrita e, sobretudo, audiovisual (RIEFFEL, 1993). Esse processo implica abolir os mecanismos de auto-legitimação da categoria, para uma maior dependência com relação ao campo jornalístico, visto como instância de reconhecimento e consagração intelectual “Embora ocupem uma posição inferior, dominada nos campos de produção cultural, eles exercem uma forma raríssima de dominação: tem o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública (o que, para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital)”. (BOURDIEU, 1997, p. 66).

Esse contexto leva a uma multiplicação das zonas de contato entre os profissionais dos meios e os intelectuais. A estratégia de obtenção e conservação de influência dos intelectuais passa agora pelo acúmulo de posições nos dois meios, o que explica a emergência do *intelectual mediático* (RIEFFEL, 1992).

A hierarquia dos intelectuais na França estaria sendo alterada. É possível constatar uma perda de hegemonia dos mandarins universitários para os intelectuais ligados aos meios (RIEFFEL, 1992). É essa ascensão que provocaria as reações por parte da intelectualidade “tradicional” contra *intelectual mediático* na medida em que recorrem a uma certa nostalgia pelos seus antigos modelos da legitimação e intervenção.

²⁰Livre tradução de: “Il permet de combler rapidement et à bon compte le décalage entre les aspirations et les possibilités en assurant une forme mineure de la notoriété impartie aux grands savants et aux intellectuels, et il peut même, à un certain stade de l'évolution de l'institution vers l'hétéronomie, devenir une voie de promotion à l'intérieur même de l'institution”.

Considerações finais

Apesar da brevidade deste trabalho é possível tecer algumas considerações sobre as similitudes e diferenças do processo de reconversão da intelectualidade brasileira e francesa em direção aos media:

1) Similitudes

a. Verificamos elementos comuns aos dois países analisados, no que se refere aos eventos de conjuntura internacional. É o caso do fim das ideologias ligadas ao socialismo revolucionário e à transformação dos movimentos de esquerda em todo o mundo. Nos dois países, o declínio dessa intelectualidade socialista, passa por uma progressiva desvinculação das crenças totalizantes, substituídas por intervenções mais pontuais no espaço público.

b. Apesar das diferenças nas conjunturas nacionais, verifica-se uma progressiva reconversão dos intelectuais do socialismo revolucionário para a produção de uma cultura engajada e, finalmente, à integração na indústria cultural. Rieffel (1993, p. 145), assinala o exemplo do grupo ex-maos franceses que passam a integrar o mercado editorial nos anos 1980, começando pelas suas memórias enquanto militantes de esquerda. “O setor de comunicação dos anos 80 é em parte dominada por esses antigos ‘esquerdistas’ “Le secteur de la communication des années 80 est en partie dominé par ces anciens “gauchistes” que se estabeleceram não mas nas fábricas, mas nas empresas editoriais que desenham uma nova nebulosa constituída por *Actuel*, *Libération*, *L'autre Journal*, *Quai Voltaire* ou *Le Promeneur*”²¹. Da mesma forma, Ridenti (2005) mostra como os ex-integrantes do teatro de arena e dos CPCs das décadas de 1950 e 1960 vão se tornar os autores e diretores das telenovelas produzidas pela Rede Globo, à partir dos anos 1980.

c. Nos dois países, o processo de alteração na identidade dos intelectuais é acompanhado por mudanças profundas nos setores da indústria cultural. No Brasil verifica-se na sua expansão, o que resultará na criação de um sistema de comunicação moderno, onde a Rede Globo é o exemplo mais conhecido. Na

²¹Livre tradução de : “Le secteur de la communication des années 80 est en partie dominé par ces anciens “gauchistes” qui se sont établis non plus dans les usines, mais dans des entreprises ou éditoriales qui dessinent une nouvelle nébuleuse, constituée par *Actuel*, *Libération*, *L'autre Journal*, *Quai Voltaire* ou *Le Promeneur*”.

França, esse processo acontece mais tarde e resulta das medidas de liberalização do setor audiovisual daquele país nos anos 1980.

d. Há um declínio das antigas temáticas referentes à luta de classes, à polarização esquerda-direita, com a escolha de temas menos totalizantes e ligados às realidades nacionais. Na França, ganham destaques questões com as guerras no Iraque e Kosovo, a imigração, a integração à União Européia, as medidas de incentivo ao crescimento econômico e à criação de postos de trabalho. No Brasil, os debates vão se deslocar para questões como a integração regional, a inserção na economia globalizada, consolidação da democracia e o combate às desigualdades sociais.

e. De certa forma, verifica-se o fim de uma temática comum ligando as duas intelectualidades (as diferentes formas de marxismo). Se o marxismo seguia como ponto de interseção dos intelectuais dos dois países (sobretudo pela leitura comum de alguns autores e pela influência dos livros de Sartre e Althusser junto aos intelectuais brasileiros), atualmente verifica-se uma abertura a novas correntes de pensamento, de revalorização da sociologia anglo-saxônica no Brasil, de buscas de novos modelos paradigmáticos nos dois países.

2) Diferenças

a. Por outro lado, todo processo de mediatização dos intelectuais é percebido de forma diferente no Brasil e na França. Essas diferenças decorrem das particularidades em que os intelectuais são definidos nos dois países. Se na França a imagem do intelectual autônomo e crítico sempre esteve cristalizada na sociedade, no Brasil, as relações com o Estado sempre foram, no mínimo, ambíguas. O maior índice de leitura e de alfabetização da população francesa significou um respaldo do mercado editorial no meio intelectual e da influência dos grandes *maîtres à penser* junto à população. No Brasil, fora algumas exceções (os CPCs, os teatros populares, etc), essa ligação “orgânica” com as massas sempre encontrou limites no analfabetismo estrutural, na distância entre a produção literária e universitária e o restante da população. Os intelectuais brasileiros sempre estiveram limitados aos seus pares, mesmo que ambicionassem a produção de uma ideologia popular. Os poucos que obtiveram reconhecimento do público, sempre estiveram ligados à produção audiovisual: eram cantores, cineastas e roteiristas de telenovelas.

b. Por isso, o fim do engajamento e a mediatização dos intelectuais representou também uma alteração na identidade da intelectualidade brasileira. Mas esta mudança não derivou de um cenário de crise da categoria como aconteceu na França. A crise dos intelectuais no Brasil significou, sobretudo, o fim de um unitarismo intelectual, de sua influência junto ao Estado em detrimento a uma fragmentação das representações sobre o papel dessa *intelligentsia*. Não houve, na verdade, uma crise, mas um processo de profissionalização intelectual. Na França o cenário de crise deriva da cristalização da imagem do intelectual, originária de figuras como Émile Zola, Sartre, Foucault e Bourdieu. Isso levou a uma reação mais apocalíptica e a uma crítica generalizada aos intelectuais mediáticos, muitas vezes vistos como representantes de um processo irreversível de decadência da verdadeira intelectualidade.

Referências Bibliográficas

- ARON, R. 'A alienação dos Intelectuais'. In. *O Ópio dos Intelectuais*. Brasília: Ed. UnB, 1980, pp. 177-257.
- BENDA, J. *La Trahison des Clercs*. Paris: Bernard Grasset, 1927.
- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- BOURDIEU, P. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1984
- BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- BOURDIEU, P. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- BOURDIEU, P. 'À propos de la famille comme catégorie réalisée'. *ARSS*, Numéro: 100. Décembre 1993
- BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores: 1997.
- BUXTON, D. 'Un problème de définition'. In: BUXTON, D. et JAMES F. (dir.). *Les intellectuels des médias en France*. Paris: L'Harmattan, 2005, pp. 11-26.

- COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaio sobre idéias e formas*. 3ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CHARLE, C. *Naissance des "intellectuels" 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990.
- CZAJKA, R. 'Redesenhando ideologias: cultura e política em tempos de golpe. *Historia: Questões & Debates* 40. Curitiba: Editora UFPR, 2004, pp. 37-57.
- DEBRAY, R. *Le pouvoir intellectuel en France*. Paris: Ramasay, 1979.
- FLACKS, D. 'Making History and Making Theory: Notes on How Intellectuals Seek Relevance. In. LEMERT, C., *C. Intellectuals and Politics.: Social Theory in a Changing World*. Newbury Park (Estados Unidos): Sage Publications, 1991, pp. 03-18
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HALL, S. 'Quem precisa de identidade?'. In: SILVA, T., T. (org). *Identidade e diferença*. Petrópolis, Vozes, 2000, p.103-133.
- IANNI, O. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- IANNI, O. *O príncipe eletrônico*. Mimeo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1998.
- KUCINSKY, B. *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed. Sao Paulo: Ediusp, 2003.
- MILLS, C. W. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- MILLS, C. W. 'A Política da Cultura'. In. MELO, R de (org.) *Os Intelectuais e a Política*. Lisboa: Presença, 1964, pp. 128-145.
- MOTA, C. G. S. S. *Ideologia da Cultura Brasileira, 1933-1974*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

- ORY, P & SIRINELY, J-F. *Les intellectuels en France, de l'affaire Dreyfus à nos jours*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1992.
- ORTEGA, F. e HUMANES, M. L. *Algo más que periodistas – sociología de una profesión*. Barcelona: Editora Ariel, 2000.
- PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PELLETIER, J. 'L'intellectuel est-il mort?'. In: BRUNET, M. & LANTHIER, P. *L'inscription sociale de l'intellectuel*. Les Presses Universitaires de Laval / L'Hamarttan, 2000, pp. 367-374
- REIS FILHO, D. A. 'Intelectuais e Política nas Fronteiras entre Reforma e Revolução'. In. REIS FILHO, D. A (org.). *Intelectuais, História e Política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- RIDENTI, M. 'Artistas e intelectuais no Brasil pos-1960. *Tempo social*, vol 17. Sao Paulo, 2005.
- RIDENTI, M. 'Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?'. In: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M, ROLLAND, D. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e Política, Brasil-França*. Sao Paulo: Cortez, 2003 pp.197-212.
- RIEFFEL, R. 'Journalistes et intellectuels: une nouvelle configuration culturelle?'. *Reseaux*, 51. Paris: CNET, 1992, pp. 11-24.
- RIEFFEL, R. *La Tribu des clercs. Les intellectuels sous la V^e République 1958-1990*. Paris: Calmann-Lévy, 1993.
- RUELLAN, D. *Le professionnalisme du flou. Identité et savoir faire des journalistes français*. Grenoble: Press Universitaires de Grenoble, 1993.
- SAID, E. W. *Representaciones del intelectual*. Barcelona: Paidós, 1996.
- SARLO, B. 'A voz universal que toma Partido?' in *Paisagens imaginárias*. São Paulo: Edusp, 1997, pp.159-168.
- SARTRE, J-P. *Plaidoyer pour les intellectuels*. Paris: Editions Gallimard, 1972.
- SILVA, J. M. *As misérias do jornalismo brasileiro as (in)certezas da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

STRAUSS, A. L. *Miroirs et masques: une introduction à l'interactionnisme*. Paris: Métailié, 1992.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.